

Prefácio à edição brasileira

É COM ENORME SATISFAÇÃO que vejo este meu livro chegar ao público brasileiro. Sempre foi gratificante ter livros e artigos publicados em inglês, mas ter uma obra editada em minha língua materna, acessível, portanto, ao mundo em que nasci, é realmente a realização de um sonho. Tendo completado meu curso médico no Brasil, foi em Londres que fiz minha formação de psicanalista de adultos e crianças. Além da clínica particular, trabalhei no serviço público de saúde, na especialidade de psiquiatria de crianças e adolescentes. Foi com base nesse amplo campo de trabalho que escrevi este livro. Conquanto o texto frequentemente faça referência a características e problemas que afetam jovens de todas as idades, seu foco central são as crianças de cinco a dez anos de idade.

O quinto aniversário da criança representa um marco muito importante em seu desenvolvimento. Na teoria freudiana é o ponto em que a criança consegue resolver os conflitos da fase edípica e entra no período chamado de “latência”, quando supostamente seus impulsos sexuais inconscientes diminuem ou cessam de fazer pressão sobre sua mente. Na Inglaterra essa idade assinala também o momento em que as crianças iniciam sua educação formal na escola. Enquanto nas escolas maternas ou jardins de infância a criança passa algumas poucas horas fora de casa, a partir do curso primário a criança fica na escola

das nove horas da manhã até as três ou quatro da tarde. Assim, tanto do ponto de vista teórico quanto na vida prática, as crianças inglesas veem seu quinto aniversário representar uma importante modificação na sua posição no mundo familiar e no social. E, como não poderia deixar de ser, essas mudanças afetam profundamente a vida dos pais. Já no Brasil, a criança entra para a escola primária aos seis anos e, na imensa maioria dos casos, passa não mais do que quatro ou cinco horas fora de casa, se bem que atualmente já existam colégios que oferecem horários de tempo integral a seus alunos. De qualquer forma, acredito que os argumentos aqui apresentados são igualmente válidos para as crianças e as famílias brasileiras.

Finalmente, eu gostaria de tecer alguns comentários que descrevem minha visão do campo profissional em que trabalho. Não são essenciais para a leitura deste livro, mas talvez interessem a alguns dos leitores.

AO LONGO DOS ANOS, encontrei-me com muitos analistas e psicoterapeutas para discutir a observação de bebês ou o trabalho clínico real com crianças. Acabei reconhecendo que alguns desses estudantes ou profissionais qualificados falavam sobre o bebê ou a criança com que estavam lidando de uma maneira que sugeria distanciamento e frieza; pareciam estar relatando o achado de algo que haviam lido ou de que tinham ouvido falar. Eu não conseguia detectar o tom de encantamento e entusiasmo que sentimos ao perceber algo novo num objeto do qual nos sentimos próximos. Em outras palavras, conhecendo outros bebês ou crianças, a percepção gratificante de que este não é “apenas mais um bebê”, e sim um bebê novo, diferente, especial, com características únicas.

Ocorreu-me perguntar a esses colegas que experiência haviam tido com crianças pequenas e, para minha surpresa, descobri que o bebê que observavam ou a criança que tinham em tratamento eram os primeiros de que haviam se aproximado. Eram profissionais formados em cursos para trabalhar com adultos, e ficou claro que as imagens que tinham de “um bebê” ou de “uma criança” haviam sido adquiridas a partir de seus estudos. Mais tarde me dei conta de que a maioria das pessoas que decidiam se especializar em abordagem analítica de crianças optava pela formação em psicoterapia infantil, ao passo que aquelas que escolhiam formação psicanalítica pretendiam trabalhar com adultos.

Anna Freud via a criança como um campo vivo de pesquisa e acreditava que “a análise de crianças ... abriu a possibilidade de averiguar a correção de reconstruções em análises adultas”.¹ Apesar disso,

analistas de adultos permaneciam mais ou menos distantes da análise infantil, como se ela fosse um tipo inferior de ocupação profissional ... Era difícil não suspeitar que a maioria dos analistas preferia lidar com as imagens de crianças resultantes de suas leituras a se interessar pelas crianças reais.²

Para ajudar um profissional a obter verdadeira e completa familiaridade com a criança em crescimento, Hannah Segal descreveu o que via como seus

requisitos mínimos: primeiro, plena integração da teoria do conhecimento psicanalítico no ensino derivado da análise de crianças; segundo, observação de bebês e crianças; e terceiro, compare-

cimento a aulas e seminários clínicos sobre análise infantil, quer o candidato esteja ou não tratando crianças.³

De fato, a observação de bebês foi a única dessas disciplinas adotada de maneira (praticamente) universal como parte da formação em análise e psicoterapia de adultos. No entanto, analisando relatórios de estudantes e lendo a literatura disponível, podemos reconhecer o efeito das ideias preconcebidas com que os observadores abordam bebê e pais. Só podemos ver o que *elaboramos* a partir daquilo que nossos olhos nos mostram. Isso não é patológico; é um fato inevitável. Cada vez que um dos nossos sentidos é estimulado, alguma percepção é formada e imediatamente interpretada de acordo com experiências anteriores. Em tese, todos somos capazes de reconhecer um estímulo sensorial não encontrado previamente, mas se alguns param e tentam entendê-lo outros logo o apagam, optando por se concentrar em percepções e interpretações mais familiares. É claro que ninguém chega à idade adulta sem ter se envolvido com crianças de todas as idades, entretanto, há uma considerável diferença entre interessar-se por crianças, desenvolver uma relação com elas e entusiasmar-se por elas e, ao contrário, aproximar-se delas como nada mais que um objeto de estudo.

Amigos, colegas, conhecidos, parentes de todas as idades despertam em nós sentimentos e imagens de vários graus de clareza e, em geral, somos capazes de descrever suas qualidades e atributos como indivíduos. Mas quando nos tornamos estudantes de uma nova disciplina acontece uma forte mudança qualitativa em nossa disposição de espírito e passamos a aprender as características de grupos e a procurá-las; de fato,

essa é uma reação que a maioria dos professores espera de seus discípulos. Em zoologia, aprendemos sobre espécies, raças, gêneros etc. mais ou menos como em psicologia descobrimos classificações de aparência, comportamento etc. Tendo em vista que a medicina tem o “diagnóstico” como seu objetivo principal no processo de investigação de cada paciente, o estudante tem de trabalhar arduamente para aprender os dados que deve levar em conta ao fazer o seu “diagnóstico diferencial”, isto é, após considerar todas as doenças *possíveis* que *poderiam* estar afetando aquele paciente em particular, decidir qual delas está produzindo os fenômenos clínicos que ele apresenta.

E esse é o problema que eu queria ilustrar. Ao encontrar um bebê ou uma criança, somos inundados com imagens e possíveis interpretações do que a aparência, o comportamento, as palavras etc. *daquela criança* supostamente indicam. Mas, tendo examinado todas essas *impressões*, ainda precisamos admitir que elas não passam de interpretações baseadas em nossas experiências prévias de vida. Somente uma interação mais estreita com *essa* criança nos ajudará a elucidar quais de nossas hipóteses são corretas e, por fim, reconhecer e definir o provável grupo de pensamentos e emoções conscientes e inconscientes vivenciados pela criança que levam a seus comportamentos e pronunciamentos manifestos.

Os relatórios dos estudantes sobre suas observações de bebês revelam muito claramente em que grau suas descrições refletem a estrutura teórica sob a qual estão sendo formados. Suas opiniões pessoais também influenciam o que percebem, e apenas quando eles fazem uma descrição suficientemente detalhada de suas observações é que se torna possível reconhecer

outras maneiras possíveis de interpretar o que foi observado. Dois exemplos podem ilustrar isso:

Um bebê de sete meses foi descrito como particularmente indiferente aos cuidados da mãe. O estudante, de fato, considerou por vezes o comportamento da mãe como uma possível causa das reações do bebê. Adotando uma visão mais ampla das três visitas sob discussão, os outros estudantes no grupo questionaram a avaliação do colega. Após alguma discussão, ocorreu-me perguntar se ele poderia estar considerando o comportamento do bebê um sinal inicial de autismo; de maneira hesitante, ele admitiu ser esse o caso: ele se baseava na teoria que considera o autismo como fruto de um tipo especial de cuidados maternos. Essa “descoberta” levou a uma importante mudança no foco das observações. Visitas posteriores levaram a relatórios que descreviam um bebê que se desenvolvia normalmente, com uma mãe que parecia tratá-lo de maneira muito normal.

Um bebê de dez semanas foi descrito ao longo de várias visitas como “atacando o mamilo da mãe de maneira oral sádica” e assim produzindo dor e uma reação de retraimento da mãe. Quando a estudante visitou a família na semana seguinte, o bebê foi descrito como sugando o seio da mãe de forma bastante normal. Os estudantes no grupo ficaram, obviamente, intrigados, e perguntaram pelos instintos orais destrutivos do bebê. A autora do relatório, de modo um tanto tímido, respondeu que a mãe havia sido visitada alguns dias antes por uma conselheira em amamentação.

À medida que os bebês aprendem a falar e exprimir seus sentimentos de forma compreensível, torna-se mais fácil fazer contato com eles e aprender pouco a pouco a entender como estão vivenciando o mundo que os cerca. Previsivelmente, porém, isso é mais fácil de dizer que de fazer! Pais, professores e médicos acham muito mais fácil *dizer* à criança o que pensam do que descobrir uma maneira que permita a ela expressar quais são, de fato, suas vivências. Ensinar, tranquilizar, ignorar, consolar, apaziguar – ou punir – uma criança é infinitamente mais fácil que lhe transmitir que estamos interessados em entender o que a está excitando, afligindo, incomodando ou apavorando.

Os pais de um menino de doze anos estavam preocupados com seu comportamento, sua recusa em conversar com eles sobre o que quer que fosse. Os relatórios escolares eram muito positivos, mas os pais temiam que o menino pudesse estar desenvolvendo algum tipo de alheamento patológico. Vi o menino sozinho e não encontrei nenhum sinal do comportamento relatado pelos pais. Disse-lhes que gostaria de vê-lo mais algumas vezes, mas tranquilizei-os, afirmando não haver detectado nele nenhuma indicação de patologia incipiente. Pensei se o comportamento descrito pelos pais poderia estar ligado à relação do rapaz com seus pais e perguntei que imagem estes tinham de suas interações com o filho em seus primeiros anos de vida. Depois de pensar um pouco, o pai contou que quando o menino tinha quatro anos lhe disse um dia que “sabia que foi Deus que criou a terra”. O pai murmurou “que interessante...” e voltou ao que estava fazendo. Passados alguns momentos, porém, o menino lhe perguntou: “Quer que eu diga como é que sei?” O pai sentiu-se embaraçado

e pediu ao filho que contasse. “Porque como não havia solo em que alguém pudesse ficar de pé, só um Deus poderia ter feito isso.” Ri e falei de minha admiração pela inteligência do garoto, mas depois sugeri que esse episódio poderia ter ficado na mente do menino como uma advertência de que, a princípio, seu pai não estava interessado em tomar conhecimento do que ele pensava.

Se um pai consegue compreender o impacto que suas reações têm sobre o filho isso pode lhe permitir desenvolver um padrão diferente de reações a ele. Ampliando nosso quadro, temos aqui exemplos da importância de manter a mente aberta ao nos aproximarmos de uma criança e seus pais. O estudante que pensou estar vendo uma criança autista pôde reconhecer a que ponto suas impressões iniciais estavam influenciando a interpretação subsequente de suas observações; a estudante que pensou ter visto evidências da teoria de Melanie Klein sobre os aspectos destrutivos dos instintos orais pôde levar em conta a evidência subsequente, que contradizia sua interpretação do comportamento do bebê. A lembrança relatada pelo pai do menino de doze anos mostra o quanto os fatores familiares influem no modo como uma criança reage a seu ambiente.

Esses argumentos e exemplos têm por objetivo descrever uma abordagem do desenvolvimento infantil em que a ênfase recai sobre a experiência pessoal real de cada criança e seus pais e não sobre uma teoria que visa descrever e explicar o desenvolvimento do indivíduo. É melhor tirar partido da riqueza que um sentimento de dúvida pode criar e não se apegar a defesas de certezas dogmáticas. Em vez de partir de uma teoria para procurar as evidências que a comprovarão, estamos escolhendo uma abordagem em que temos em vista

compreender a experiência pessoal da criança e de seus pais para construir pouco a pouco o quadro do desenvolvimento de suas interações.

O conceito de impulsos instintivos é bem-aceito em todas as áreas da biologia, mas no mundo analítico ele se associou a outros conceitos psicanalíticos numa medida que, a meu ver, é difícil justificar. Por exemplo, os conceitos de *self* e imagens de objeto são extremamente úteis para se avaliar o nível de desenvolvimento do eu de um bebê; contudo, quando é postulado que instintos podem até influenciar a formação de imagens de objeto *in utero*, vejo isso como o tipo de hipótese cuja aceitação requer fé, uma vez que não temos o equipamento para avaliar sua validade.

O extremo oposto é representado pelas teorias que sustentam que a personalidade do bebê é o resultado do ambiente em que ele cresce. Como se poderia prever, esses analistas desenvolverão sua abordagem clínica em conformidade com a estrutura teórica que preferem. Por exemplo, analistas que afirmam que a psicopatologia do adulto se origina nos cuidados maternos recebidos na primeira infância verão patologia do desenvolvimento precoce no material do paciente e, em consequência, tentarão lhe oferecer uma melhor experiência de cuidados maternos.

Quando teorias são citadas e respeitadas, evitando-se ideias dogmáticas e usando-se alta dose de bom-senso, o leitor ou estudante tem possibilidade de encontrar suficiente material para formar seu próprio ponto de vista sobre a validade das interpretações propostas.

Do nascimento à vida adulta, o indivíduo tem diferentes necessidades, capacidades e recursos que influenciam sua in-

teração com pais, irmãos, parentes e o mundo em geral. Nosso objetivo é ilustrar como essas características em contínuo desenvolvimento influenciam e são influenciadas pelas pessoas de seu mundo. Somente a observação atenta e (em geral) prolongada nos permitirá identificar no comportamento do bebê ou da criança elementos que provavelmente fazem parte de sua personalidade inata.

Sempre que se considera um indivíduo em particular, não é difícil propor hipóteses sobre as *origens* de seus vários traços característicos, mas o oposto é praticamente impossível. Por mais apurada que seja nossa capacidade de observação, somos completamente incapazes de prever que efeitos a passagem do tempo produzirá num indivíduo. Aqui reside o encanto especial do estudo de bebês e crianças, em que somos frequentemente surpreendidos por algum comportamento que não teríamos sido capazes de prever.

Ao entrar em contato com a criança e seus pais, temos de explorar os padrões da relação que eles têm entre si, e é praticamente impossível estabelecer o que é causa e o que é efeito no modo como se relacionam. Através de suas palavras e comportamento, criança e pais confirmam a todo instante suas mútuas expectativas e mantêm em movimento um círculo vicioso autopertuante, em que cada um se sente totalmente justificado em suas ideias sobre si mesmo e o outro. No entanto, se encontramos uma maneira de permitir a uma criança revelar suas emoções e pensamentos íntimos, podemos por vezes descobrir que estes não correspondem de todo às suas declarações habituais: a maioria das crianças aprende a sentir e respeitar o modo como cada um dos pais espera que ela se comporte e o que deve dizer, quando e onde.

NESTE LIVRO SEGUIMOS uma teoria que sustenta a importância de fatores emocionais e intelectuais de que podemos não ter consciência num determinado momento. Também mantemos que os indivíduos são continuamente influenciados por suas experiências passadas e presentes, tanto as que se originam em suas mentes quanto as que resultam de suas interações com outras pessoas. Essa abordagem é chamada de visão “dinâmica” da personalidade humana. No entanto, temos de frisar a existência de fatores em nossa personalidade que parecem não ser passíveis de mudança. É muito importante identificar problemas de deficiência física ou psicológica nas crianças. Tendo uma ajuda profissional apropriada, elas podem melhorar sua capacidade de lidar com a vida, mas em muitos casos será difícil prever a extensão dessa melhora e, o que é igualmente importante, determinar se poderão aprender novas técnicas de lidar com o mundo em que vivem, ou, em vez disso, obter mudanças estruturais.

Essas diferenças são importantes não apenas de um ponto de vista científico como também em termos do que nós, profissionais, transmitimos aos pais sobre nossa avaliação de cada criança. Quando uma criança tem um problema estrutural, inato ou adquirido, compete-nos deixar muito claro para os pais que, no decorrer do tempo, eles perceberão as capacidades e limitações do filho e descobrirão maneiras de levá-las em conta ao cuidar dele. Em outras palavras, que alguns dos problemas da criança não resultam da maneira como a trataram, mas sim de algum fator que nem sempre é fácil identificar com precisão. Quando não há um fator físico, orgânico, estrutural, podemos acreditar que estamos diante de um problema dinâmico, porém, mesmo nesse caso pode ser difícil prever até

que ponto nossos esforços terapêuticos promoverão mudança nos problemas apresentados. Essa é, de fato, a questão mais difícil que um especialista enfrenta cada vez que avalia uma nova criança.

Não é raro que cada um dos pais apresente uma descrição muito diferente do que considera ser o problema do filho. Nem é preciso dizer que o mesmo pode ser constatado quando se considera algum problema na vida cotidiana de qualquer família. O bebê chora e a mãe pensa que ele está com fome, enquanto o pai pode sentir que ali está um sinal precoce de uma criança que desejará controlar a vida dos pais. A criança que começa a andar recusa uma comida em particular e a mãe se ressentente desse sinal prematuro de rebelião, enquanto o pai pode afirmar que o filho já está se mostrando capaz de discriminar entre sabores agradáveis e desagradáveis. A criança de cinco anos pede para ver TV por mais uma hora e a mãe concorda que ela assista em sua companhia a um programa que aprecia, enquanto o pai explode diante da inutilidade da tentativa de impor algum senso de disciplina na casa. Quando a criança chega à puberdade ou adolescência, esses conflitos tornam-se parte da rotina diária... De um ponto de vista prático, é relevante reconhecer que não se trata de averiguar qual dos pais está certo ou qual está errado: dentro de seu quadro de referências pessoal, ambos estão certos. O inconveniente dessas divergências, porém, é que, não importa o que aconteça, a criança estará sempre concordando com um deles e opondo-se ao outro. Obviamente, cada um dos pais chega à sua interpretação do comportamento da criança de acordo com sua educação e sua personalidade, sua visão de si mesmo no mundo, suas experiências passadas e presentes, algumas

das quais são conscientes e a maioria é inconsciente. Mas – e a criança em questão?

Não faz parte da vida da maioria das famílias perguntar à criança que explicação *ela* própria dá para o comportamento de cuja interpretação os pais discordaram. E, de fato, mesmo quando essa pergunta lhe é feita e a criança dá alguma resposta, há uma boa chance de que, muito depressa, o pai ou a mãe a conteste e pronuncie a famosa frase: “É mesmo? Conheço suas gracinhas! Conte outra! O que você queria mesmo era...” Simplesmente não é comum encontrar pais (adultos em geral, talvez?) interessados e capazes de descobrir a justificção pessoal de uma criança para seu comportamento. Por vezes faltam à criança palavras para se explicar, ocasionalmente ela é impelida a dizer o que acredita que os pais desejam ouvir, e outras vezes suas palavras parecem ilógicas demais para inspirar crédito; de certa maneira, desenvolveu-se o mito de que apenas um profissional teria capacidade de descobrir os motivos e as intenções de uma criança.

Cada família terá seu próprio estilo de abordar sua criança. É simplesmente inevitável que cada criança vá ter seu desenvolvimento influenciado (observe-se: não determinado, mas afetado) pelas reações que seu comportamento produz em seus pais. É muito difícil para estes, contudo, avaliar com precisão as habilidades de desenvolvimento alcançadas por seu filho. Nenhuma criança pode enfrentar a vida e reagir a estímulos além de suas capacidades naquele momento. E este é o princípio básico seguido neste livro. Tendo em vista os vários estágios do desenvolvimento cognitivo, intelectual e emocional da criança e a maneira como o desdobramento desses estágios afeta não apenas sua experiência de si mesma, mas

também o modo como ela percebe e reage ao mundo em que vive, procuramos retratar o que são os anos que vão do quinto ao décimo aniversário. Esperamos que esta abordagem ajude pais e profissionais a decidir a melhor maneira de estabelecer contato com a criança e chegar a uma compreensão de seus sentimentos e comportamento.

CONFORME DISSEMOS NO INÍCIO, o quinto aniversário representa um marco importante no desenvolvimento de uma criança. Não falamos mais de bebê ou criança pequena; referimo-nos, em vez disso, ao menino ou à menina. O encanto e a inocência, ou a teimosia e beligerância, que caracterizavam a criança de menos de cinco anos e submetiam nosso autocontrole a testes incessantes, dão lugar agora a alguém que parece muito mais independente. As características de sua personalidade parecem as mesmas, mas, à medida que seus horizontes se alargam e suas experiências fora de casa aumentam exponencialmente, ela parece se tornar mais reservada, sendo mais difícil abordá-la e compartilhar coisas com ela. Por vezes, perguntas comuns feitas por nós são ignoradas, ou recebem uma resposta aparentemente desconexa. Outras vezes, a criança se afasta mesmo enquanto alguém está lhe falando. Outras vezes ainda, quando lhe é dito para não fazer algo, ela continua a fazer justo o que pretendia. Mas, via de regra, nenhuma dessas atitudes assume uma aparência de hostilidade ou de um desejo deliberado de contrariar o adulto envolvido. Temos uma criança que tenta entender suas novas experiências, adaptar-se a novas pessoas e lugares, preservando ao mesmo tempo a ligação com seu ambiente familiar. Os

adultos podem se sentir frustrados e impacientes, mas, quando impelidos a protestar, tendem a usar palavras de exasperação e não de ira. Existe uma compreensão tácita de que a criança precisa de tempo para se ajustar a seu novo padrão de vida. No entanto, nem todas as crianças de mais de cinco anos são assim e, de fato, encontramos algumas que parecem se encaixar sem problemas nesse novo padrão e levar adiante sua vida em casa como se nenhuma mudança de vulto tivesse ocorrido. Elas relatarão experiências que tiveram na escola como teriam falado de outras crianças com as quais tivessem brincado no maternal ou no playground local.

Descobri que algumas das crianças de cinco a dez anos consideradas “difíceis” (repito, algumas, não todas!) vistas no consultório conseguem ser capazes de explicar seu silêncio expressando a crença de que não adianta falar com os pais porque eles não querem saber o que elas pensam, ou não concordarão com nada que digam. Como já descrito, vendo crianças dessa faixa de idade junto com seus pais, constatamos com frequência que um deles, ou ambos, tende a responder às palavras delas com explicações, correções ou instruções, não demonstrando nenhum interesse verdadeiro de se inteirar dos pensamentos e sentimentos que possam ter, quer estes sejam lógicos ou ilógicos, justos ou injustos, certos ou errados. Mas essa constatação não pode ser aplicada a todas as crianças dessa idade. Parece ser típico dessa fase do desenvolvimento que elas se tornem mais conscientes de si, mais defensivas, menos dispostas a se envolver numa conversa, seja qual for o modo como os pais se relacionam com elas. Essa atitude de reserva pode estar ligada à crescente exposição da criança a outros ambientes e à possibilidade de que as comparações resultantes

a levem, de maneira consciente ou inconsciente, a imaginar que os pais esperam dela total fidelidade e obediência, e não qualquer questionamento da maneira de viver da família.

A chegada da puberdade promove mais mudanças, tanto físicas quanto emocionais, mas este livro concentra-se, como já mencionado, naquele período que os psicanalistas chamam de “anos de latência”, uma fase em que os impulsos e sentimentos da criança parecem ficar adormecidos, como se ela quisesse se isolar do mundo.